

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O
///////

ANGELICA MASSUQUETTI;

UNISINOS

SÃO LEOPOLDO - RS - BRASIL

angelicam@unisin.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DO ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O
“RURAL” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Resumo: O campo acadêmico das Ciências Sociais, no Brasil, foi institucionalizado por meio da criação, da expansão e da consolidação dos centros de pós-graduação destas ciências no país, principalmente, a partir dos anos sessenta. Estes centros de produção do conhecimento produziram, ao longo do tempo, os produtores e os produtos vinculados a vários temas, como os estudos sobre o “rural” brasileiro. A existência de um conjunto de pesquisadores e da produção destas pesquisas confirma o interesse dos mesmos, bem como de instituições de financiamento destas investigações, na construção de um espaço de reflexão sobre o “rural”, num sentido amplo, e de temas específicos, como os conflitos sociais no campo no Brasil. O objeto de estudo deste artigo foi a constituição do espaço de produção do conhecimento a respeito do “rural” realizada no campo acadêmico das Ciências Sociais.

Palavras-chave: rural, campo acadêmico, ciências sociais, produção do conhecimento, conflitos sociais.

Introdução

Os cientistas sociais brasileiros têm realizado esforços para sistematizar e avaliar a produção acadêmica das Ciências Sociais no Brasil, como os estudos organizados por Miceli (1999, 2002). Estas pesquisas expressam uma elevação do nível de reflexividade do próprio pensamento social em termos metodológicos e de implicação com o objeto. A reflexividade é aqui compreendida em oposição aos simples atos de percepção, como uma análise comparativa e examinadora de um determinado objeto ou um voltar-se sobre algo, ou seja, uma “[...] capacidade tipicamente humana de monitorar a própria conduta e de voltar-se sobre seus próprios produtos e repensá-los, com maior ou menor profundidade” (DOMINGUES, 2001, p. 156). Considerando as especificidades das Ciências Sociais, Ianni (1989, 1990) já havia ressaltado que estas são ciências que incessantemente questionam-se ao longo do seu desenvolvimento e de sua transformação.

Entre as análises efetuadas, pode-se mencionar aquelas que tiveram como objeto a produção do conhecimento voltada para diversos aspectos do meio rural no Brasil, como foram os estudos de Gnaccarini e Moura (1983), Sigaud (1992) e Santos (1991). Este artigo

pretende contribuir neste movimento de reflexão a respeito da produção do conhecimento destas ciências. O objeto de estudo foi a constituição do espaço de produção do conhecimento a respeito do “rural” realizada no campo acadêmico das Ciências Sociais. O interesse por este objeto de estudo nestas ciências – e questões correlatas concernentes ao meio rural do Brasil – pode ser justificado, segundo Wanderley (1997), em razão das variações do papel desempenhado pela agricultura face à sucessão dos modelos e das etapas de desenvolvimento; pela repercussão social e política das tentativas de se solucionar as crises oriundas das transformações da agricultura; e as preocupações acerca do meio ambiente.

1 A gênese das Ciências Sociais no Brasil: o processo de institucionalização, as influências teóricas e as primeiras problemáticas

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil esteve associada às mudanças políticas, econômicas e institucionais do país ao longo da década de 1930, como a aplicação de um caráter modernizador no sistema educacional nacional. A importância da educação estava relacionada à nova realidade brasileira – voltada para o mercado interno e para a produção industrial e exigindo, conseqüentemente, uma mão-de-obra especializada. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a aprovação de uma série de decretos, no ano seguinte, dirigidos para a promoção da reforma do ensino secundário e universitário no país marcaram o interesse de uma preparação técnica e profissional para os cidadãos brasileiros. Estes decretos – “Reforma Francisco Campos” – criaram o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (iniciando as atividades somente em 1934), instituíram o Estatuto das Universidades Brasileiras (dispondo sobre a organização do ensino superior e adotando o regime universitário) e dispuseram sobre a organização do ensino secundário, entre outros.

Para os impulsionadores desta mudança, de acordo com Almeida (1987), o caráter moderno que a sociedade brasileira deveria assumir a partir deste período seria alcançado com a formação de uma nova elite, envolvida na constituição política desta nova nação, e da formação básica dos cidadãos. Um dos meios utilizados para isto foi a construção de um espaço para as Ciências Sociais no ensino universitário e o ensino da Sociologia nas escolas secundárias.

Naquele momento, havia a necessidade da profissionalização; de um profissional capaz de compreender a sociedade brasileira e de pensar nas formas de superação dos obstáculos no caminho do desenvolvimento. Assim, as Escolas de Sociologia, criadas a partir dos anos trinta, tinham como objetivo “[...] formar pessoas capazes de produzir a ‘solução racional’ para os problemas brasileiros. Ao se dizer ‘solução racional’, queria se dizer solução baseada na razão, na ciência” (OLIVEIRA, 1991, p. 53), que seriam, de acordo com a autora, professores, técnicos, assessores e consultores¹.

A Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP)² e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), surgiram no estado de São Paulo em 1933 e 1934, respectivamente. No Rio de Janeiro foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, transformando-se em Universidade do Brasil em 1939. A prática profissional e a imagem da profissão geradas na ELSP e na FFCL/USP eram distintas: a primeira tinha o objetivo de formar elites administrativas, ou seja, a formação de técnicos com elevada competência administrativa para atuação no Estado e no setor privado; já a segunda pretendia preparar os docentes para atuação no ensino secundário. A UDF não pretendia apenas gerar profissionais, mas conceber as bases intelectuais do Brasil. As influências teóricas sobre cada uma delas também eram diferentes: na ELSP, o pensamento social norte-americano e, na

¹ Peirano (1991) salientou que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por explicações de cunho científico do processo de construção da nação brasileira.

² Atualmente, Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP).

FFCL/USP e na UDF, a influência do pensamento social francês³. Todavia, todas estavam envolvidas num projeto conjunto que era promover o conhecimento considerado imprescindível para o desenvolvimento do país. A FFCL/USP tornou-se um referencial para a institucionalização destas ciências no país a partir, principalmente, da solidificação dos marcos teóricos que conformaram as Ciências Sociais brasileiras⁴.

As Ciências Sociais brasileiras dificilmente poderiam ser pensadas a partir de uma diferenciação disciplinar⁵ até o final dos anos cinquenta. Até este período, segundo Miceli (1989) e Peirano (1991), o caráter transdisciplinar da matriz das Ciências Sociais impedia o arrolamento separado dos conteúdos dos currículos, das linhas de investigação, das metodologias aplicadas e dos principais temas que provocavam interesse e investimentos. Este fenômeno emergiu com a expansão dos centros de pesquisa e dos cursos de pós-graduação a partir da década de 1960.

Em relação à Ciência Política, Forjaz (1997, p. 102) comentou que foi a partir dos anos sessenta que ocorreu a sua institucionalização e a sua profissionalização, além da “[...] definição disciplinar e constituição de um elenco respeitável de produtos de Ciência Política, assim como a afirmação de paradigmas teóricos próprios e a autonomização em relação a ramos mais antigos e consolidados das ciências sociais”. No que se refere à Antropologia, a primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional no Rio de Janeiro em 1953, marcou uma fase de discussão acerca da produção/reflexão antropológica no país, além da institucionalização e do ensino desta ciência no meio acadêmico. A década seguinte foi, na opinião de Rubim (1997, p. 32), “[...] um período de grande transformação do ensino como um todo, e que confirmou a necessidade de profissionalização do antropólogo no país”. Os anos setenta foram o período de implantação e de consolidação dos cursos de pós-graduação em Antropologia e também de crescimento da produção do conhecimento nesta área.

Além da criação das instituições de ensino superior na área das Ciências Sociais no Brasil, existiram outros esforços para a formação de profissionais e para a institucionalização destas ciências no país. Estes esforços ocorreram no sentido de eleger as principais indagações, autores e obras que servissem de fundamento para o seu desenvolvimento.

Os livros *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, são obras consagradas de intérpretes do Brasil nas Ciências Sociais. Publicadas nos trinta, tornaram-se obras de referência na compreensão do processo de formação do Brasil contemporâneo.

Além dos livros, os dicionários, as coletâneas de textos e os periódicos também foram importantes promotores da propagação do conhecimento sociológico. Alguns exemplos foram apresentados por Meucci (2000):

[...] o Dicionário de etnologia e sociologia (1939) de Herbert Baldus e Emílio Willems; o Dicionário de sociologia (1939) de Achilles Archerio Júnior e Alberto Conte; a revista *Sociologia* (1939), primeiro periódico especializado na área, publicado por Romano Barreto e Emílio Willems; e a coletânea *Leituras sociológicas* (1940), organizada por Romano Barreto, composta por artigos publicados originalmente na Europa e nos Estados Unidos, traduzidos e reduzidos ao que se considerava essencial para o conhecimento da teoria social entre nós (MEUCCI, 2000, p. 4).

³ Estas influências na constituição das Ciências Sociais brasileiras, principalmente na Sociologia, poderiam ser justificadas pela presença de professores estrangeiros no início do processo de fundação dos cursos no Brasil (VILLAS BÔAS, 1997).

⁴ Para mais informações ver Bonelli (1993).

⁵ A separação das disciplinas sociais é fruto, de acordo com Elisa Reis, da institucionalização profissional (REIS; REIS; VELHO, 1997).

Os primeiros livros introdutórios de Sociologia destinados ao ensino nas escolas, faculdades e universidades foram também publicados no Brasil, principalmente, a partir dos anos trinta, transformando-se em clássicos no ensino desta ciência segundo Meucci (2000): *Lições de sociologia*, de Achilles Archerio Júnior; *Princípios de sociologia e Sociologia educacional*, de Fernando de Azevedo; *Programa de Sociologia e Introdução à sociologia*, de Amaral Fontoura; *Fundamentos de sociologia*, de Carneiro Leão; e *Sociologia*, de Gilberto Freyre⁶. Esta produção representou as primeiras experiências de sistematização do conhecimento sociológico, com seus temas, problemas e conceitos, métodos e procedimentos. De acordo com a autora, estes “pioneiros autores de sínteses didáticas de sociologia” eram na sua maioria formados em direito:

Alguns destes bacharéis, apresentados ao conhecimento sociológico nos cursos de sociologia criminal, chegaram mesmo a frequentar disciplinas nos cursos de ciências sociais europeus e norte-americanos, como Delgado de Carvalho e Gilberto Freyre. A frequência aos cursos avançados de ciências sociais no exterior era, na época, a única condição de especializar-se na área. Eram, por isso, reconhecidos como pioneiros portadores especializados na disciplina sociológica entre nós (MEUCCI, 2000, p. 11).

Segundo Meucci (2000), o maior número de manuais nacionais era dedicado ao ensino médio. Assim, os cursos superiores contavam com os manuais estrangeiros que chegavam juntamente com as missões estrangeiras vindas, principalmente, da França e dos Estados Unidos. Estes grupos de caráter científico representaram uma mobilização na constituição das Ciências Sociais no país:

Vale lembrar, nossos autores classificavam as teorias sociológicas tomando como referência sobretudo o país no qual foram produzidas. Assim, afirmavam que há, de fato, uma sociologia francesa, uma sociologia alemã, uma sociologia norte-americana, cada qual com características bastante particulares. Tratava-se, em verdade, de uma compreensão que relacionava intimamente a sociologia à questões nacionais.

[...]

Sabe-se, a França fora sempre entre nós uma importante matriz intelectual. Na constituição do conhecimento sociológico os franceses foram, sobretudo, considerados heróis fundadores, definidores dos princípios fundamentais da nova disciplina. Eram, pois, compreendidos como referência obrigatória para o estabelecimento dos argumentos centrais constituidores da nova disciplina.

Os autores norte-americanos foram, por sua vez, compreendidos como grandes pesquisadores sociais, preocupados antes com o avanço empírico da ciência nova e com a possibilidade de aplicação do conhecimento resultante da pesquisa. Os autores norte-americanos foram, pois, considerados um modelo para o desenvolvimento da pesquisa científica e para a aplicação do conhecimento sociológico em benefício do melhoramento social.

Menos frequente era a apresentação das teorias alemãs. Afirmavam, com frequência nossos autores, que a sociologia alemã não obtivera, tal como os franceses e norte-americanos a autonomia no campo epistemológico. Era ainda uma ciência informe, ligada, sobretudo, à filosofia (MEUCCI, 2000, p. 87-88).

A contribuição de pesquisadores e professores estrangeiros no preenchimento dos espaços de ensino e de pesquisa insuficientes para a formação científica nacional também foi destacada por Queiroz (1990). A influência teórica destes professores estrangeiros foi mais significativa até meados do século XX em razão da permanência dos mesmos por períodos mais longos do que aqueles que chegaram após esta fase. Estes últimos tinham a missão de atualizar o conhecimento dos cientistas sociais nacionais. Alguns cientistas sociais estrangeiros que permaneceram por mais tempo no Brasil e que exerceram uma significativa

⁶ Era predominante, mesmo assim, a utilização de autores sobretudo franceses, mas também de outras origens, no ensino desta disciplina no país, como Meucci (2000) indicou em seu estudo: Gabriel Tarde, C. Bouglé, P. Bureau, Émile Durkheim, P. Roux, R. Maunier, Von Wiese, Gumplowicz, H. Spencer, V. Pareto, G. Palantes.

influência na formação desta ciência no país foram, segundo a autora, Pierre Monbeig, Jacques Lambert e Roger Bastide.

Alguns outros professores estrangeiros que contribuíram na formação dos cientistas sociais brasileiros nas instituições paulistas (ELSP e FFCL/USP) foram Emílio Willems, Claude Lévi-Strauss, Herbert Baldus, Donald Pierson e, na década de 40, Radcliffe-Brown. Na UDF foi importante a presença de Eugène Albertini, Henry Hauser, Jacques Perrot, entre outros. De acordo com Melatti (1984), a presença de mestres estrangeiros no corpo docente da área de Ciências Sociais, durante o início do processo de institucionalização destas ciências, foi mais significativa em São Paulo.

Acerca da existência ou não de um espaço de reflexão no campo das Ciências Sociais anterior à chegada das missões estrangeiras, Queiroz (1990, p. 71) comentou:

Nada se costuma dizer das Ciências Sociais no Brasil no momento em que aqui aportaram as Missões Francesas universitárias; o silêncio dá a entender que estas vinham encontrar um campo virgem que seria modelado segundo o que traziam de seu país. É verdade que nem todas as disciplinas que compõem as Ciências Sociais brasileiras estavam desenvolvidas de maneira uniforme; vários de seus ramos, porém, haviam começado a tomar corpo desde fins do século XIX, o interesse dos estudiosos sendo despertado por problemas que resultavam da composição étnica nacional, tão diversificada. A descoberta da existência de cultos sincréticos afro-brasileiros; a integração de traços culturais africanos numa civilização que se queria branca e Ocidental; a constatação da grande diferença cultural separando as populações urbanas progressistas do litoral e os habitantes do interior do país, que conservavam hábitos da velha sociedade colonial, enchiam de dúvidas os 'homens de letras' da época no que diz respeito à viabilidade de seu país.

Dentre os intelectuais brasileiros que haviam contribuído para o desenvolvimento de uma produção a respeito dos problemas sociais e culturais do país, anterior à fundação das universidades no campo das Ciências Sociais, poder-se-ia citar Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Raymundo Nina Rodrigues, Manoel Querino e Manoel Bonfim, além de outros ao longo da década de 1930, como Gilberto Freyre e Artur Ramos (QUEIROZ, 1990). A este respeito, Meucci (2000, p. 11) acrescentou:

De qualquer modo, pode-se, de fato, dizer, os autores dos primeiros manuais de sociologia publicados no Brasil foram fortemente influenciados por uma dupla de pensadores sociais brasileiros, muito embora não os apresentassem, de modo sistemático, como precursores da sociologia no Brasil. Com efeito, os intelectuais brasileiros Alberto Torres e Oliveira Vianna estão entre os mais citados nas páginas dos primeiros manuais de sociologia. Eram, sobretudo, consultados no desenvolvimento de alguns temas específicos relacionados à realidade brasileira

A forma como os mestres franceses utilizaram esta produção do conhecimento brasileira foi distinta, como descreveu Queiroz (1990, p. 81):

Lambert e Monbeig os viram, principalmente, como *informantes úteis*, repositórios de dados que podiam guiá-los em suas pesquisas e também como fornecedores de material para comparações e controle das observações efetuadas. Roger Bastide, no entanto, foi muito mais além, pois cotejou-os com os cientistas europeus, verificando em que pontos divergiam e por quê, assim como em que medida os nacionais corrigiam os estrangeiros, em que medida traziam contribuições novas às teorias já existentes. Tal trabalho crítico constituiu um instrumento a mais para operar uma penetração nas características sociológicas nacionais. Tanto mais que, como foi visto anteriormente, as interpretações brasileiras iam em contracorrente a muitos pontos teóricos dominantes nas obras e no pensamento do Velho Mundo na época. Roger Bastide não hesitou em abandonar essas correntes e em seguir o que lhe mostravam os brasileiros, não hesitou em corrigir o que os brasileiros demonstravam não ser válido nelas. Pierre Monbeig seguiu empiricamente o mesmo caminho, porém não avançou no terreno teórico.

Queiroz (1990) justificou estas diferenças em razão do distinto nível de integração destes estudiosos na sociedade brasileira, sendo possível perceber que o grau de envolvimento com os problemas nacionais foi maior no caso de Roger Bastide. Outro aspecto que poderia

complementar a identificação destas diferenças seria a formação teórica de cada autor, que orientava as investigações desenvolvidas no Brasil.

No que se refere à Ciência Política, Forjaz (1997) salientou que a sua constituição no campo acadêmico teve a influência teórica da Ciência Política norte-americana⁷. Na Antropologia, de acordo com Melatti (1984), a influência dominante foi também dos docentes e pesquisadores norte-americanos no início do processo de institucionalização das Ciências Sociais, através dos seus estudos sobre as sociedades indígenas, as religiões afro-brasileiras e as pequenas comunidades. Não se pode deixar de indicar, entretanto, também a influência dos professores europeus ao longo dos anos setenta com o estruturalismo francês e a Antropologia britânica (RUBIM, 1997).

Outro aspecto que marcou a constituição da Sociologia acadêmica, segundo afirmou Villas Bôas (1997), foi o questionamento acerca da identidade brasileira:

Quando a Sociologia surge no Brasil como disciplina acadêmico-científica, não indaga dos fundamentos da associação entre os homens, à maneira dos estudiosos franceses, nem da possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Tampouco a ela interessavam as reformas sociais ou a integração de grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, a exemplo dos sociólogos norte-americanos que fundaram o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira (VILLAS BÔAS, 1997, p. 74).

Ianni (1989) refletiu sobre esta produção sociológica⁸, analisando-a em relação à formação da sociedade, e conseguiu identificar três núcleos dominantes de problemas que estavam sendo discutidos no interior da Sociologia brasileira:

O primeiro diz respeito à crise da transição da sociedade baseada no capitalismo agrário à sociedade na qual o capitalismo industrial adquire preponderância sobre o agrário e todas as outras atividades produtivas. O segundo refere-se à reinterpretação da história social do país, principalmente de algumas das suas fases, nas quais ocorreram mudanças conjunturais ou estruturais significativas. O terceiro relaciona-se ao caráter da revolução burguesa, ou revolução brasileira, isto é, ao caráter das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais havidas no Brasil no curso da industrialização e ascensão da burguesia industrial (IANNI, 1989, p. 7).

De acordo com Villas Bôas (1991), seria possível classificar esta produção em dois grandes grupos: os estudos científicos realizados pela USP e as análises ideológicas elaboradas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁹. Esta produção do conhecimento social era um instrumento importante para a compreensão do processo de transformação da sociedade brasileira. As principais linhas temáticas que orientaram as pesquisas das Ciências Sociais, na opinião da autora, foram as seguintes:

A primeira delas problematizou o Estado brasileiro, sua formação, ação e instituições, dando continuidade a um objeto tradicionalmente privilegiado pelos estudiosos desde o século passado; a segunda vertente priorizou o conhecimento das tradições culturais e a pesquisa sobre os grupos étnicos característicos da população brasileira, dando seqüência também a uma temática que já motivara o debate dos círculos intelectuais antes do período em foco; a terceira vertente analisou os processos e as relações sócio-econômicas, as condições materiais de existência de grupos sociais, caracterizando-os em função de sua inserção no processo produtivo e

⁷ A orientação norte-americana da Ciência Política brasileira pode ser justificada, segundo Forjaz (1997), pela atuação da Fundação Ford, financiando bolsas de estudo para os Estados Unidos e trazendo professores americanos para o país.

⁸ De acordo com Ianni (1989), a preocupação com as transformações da sociedade brasileira, na verdade, já estavam presentes desde a década de 1920.

⁹ O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) foi criado em 1953 e transformou-se no ISEB em 1955. Esta instituição projetou-se como um centro articulador de uma ideologia desenvolvimentista no Brasil.

focalizando as desigualdades sociais existentes entre eles (VILLAS BÔAS, 1991, p. 23-24).

No conjunto de estudos ligados à primeira linha temática, identifica-se uma direção para as pesquisas acerca das questões e dos fatos políticos a partir da Economia Política, da Ciência Política e da História. Um outro grupo de estudos discutiu as questões e os fatos culturais da sociedade brasileira por meio, principalmente, da Antropologia. Por fim, as desigualdades sócio-econômicas foram abordadas pela Economia Política e pela Sociologia, além da História Econômica e Social, da Geografia Humana e da Demografia. A autora concluiu, além disto, que a discussão destes temas não representou uma ruptura, já que estas questões eram debatidas desde o século XIX. Na sua opinião, “[...] os cientistas sociais teriam dado continuidade a uma tradição de estudos sobre temas e problemas, principalmente políticos, mas também culturais, reatualizando-os, sem dúvida, sob a influência das mudanças econômicas, sociais e institucionais dos anos em foco” (VILLAS BÔAS, 1991, p. 36).

O processo de compreensão do desenvolvimento do país desde os anos cinquenta não podia ser construído sem considerar os referenciais propostos nas análises do ISEB, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas, e, na década seguinte, da Escola de Sociologia da USP.

Segundo Bresser-Pereira (2005), os intelectuais do ISEB, num campo predominantemente político, pensavam o processo de revolução industrial e nacional, que se desenvolvia no país desde os anos trinta, a partir de uma interpretação nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do Brasil e da própria América Latina. Num campo predominantemente econômico, os intelectuais da CEPAL analisavam a marcha industrializadora dos países latino-americanos dirigida pelo Estado. Fundamentavam economicamente a política de industrialização e criticavam severamente a Lei das Vantagens Comparativas pertencente à Escola Clássica da Economia:

Os dois grupos de produtores de idéias viviam em um contexto social e político que, desde a Grande Depressão dos anos 30, descrevia o liberalismo, fazia a crítica ideológica do mesmo apontando-o como instrumento dos países mais desenvolvidos, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, e apostava em um protagonismo mais acentuado do Estado nacional na busca do desenvolvimento econômico. Dessa forma, atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado. Suas teorias deram apoio teórico para o grande processo de desenvolvimento que caracterizou a América Latina entre 1930 e 1980. Nos anos 60 e início dos 70, porém, uma série de golpes militares nos países do Cone Sul levou os intelectuais latino-americanos de esquerda a afirmar a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, e a desenvolver uma teoria da dependência associada, consistente com esse pressuposto, que enfraqueceu o conceito de nação na América Latina (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 201-202).

De um lado, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Alberto Guerreiro Ramos, Ignacio Rangel, Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida – intelectuais do ISEB; de outro, Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares – intelectuais da CEPAL. Porém, todos acreditavam que o desenvolvimento deveria ser o resultado de uma estratégia nacional de industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2005).

De acordo com Santos e Baumgarten (2005, p. 186),

A CEPAL congregou grandes economistas latino-americanos - Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel - e originou a criação do ILPES - *Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social* - em 1962, a partir do qual as teorias do desenvolvimento chegariam à planificação, mediante sucessivos cursos

ministrados em Santiago do Chile e em outros países latino-americanos para formar os agentes do desenvolvimento.

Nos anos sessenta, adotou-se em São Paulo uma posição crítica quanto às propostas econômicas e políticas do ISEB, a partir da formação de um grupo acadêmico liderado por Florestan Fernandes no Departamento de Ciências Sociais da USP, como indicou Bresser-Pereira (2005, p. 205-206):

Embora os sociólogos que se reúnem em torno do Departamento de Ciências Sociais da USP não adotem originalmente uma posição socialista, mostrando-se mais preocupados em estudar a teoria sociológica internacional, e em transpor para o Brasil métodos de pesquisa científicos na área das ciências sociais, a partir do início dos anos 60, com a radicalização política que ocorre na América Latina, serão portadores de pensamento essencialmente de esquerda e, até o fim dos anos 70, crescentemente marxista. Sua preocupação principal será com a marginalidade social, a distribuição de renda, e a análise dos gêneros e das classes sociais. Ao contrário do que ocorre com o ISEB, a questão nacional não é central para a escola de sociologia de São Paulo. Enquanto a interpretação do ISEB, como a da CEPAL, corresponde à interpretação nacional-burguesa do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à idéia da revolução nacional, a escola de São Paulo estará muito mais ligada a uma das três versões da teoria da dependência: a versão da dependência associada. Enquanto os intelectuais do ISEB vêem no pacto populista de Getúlio Vargas um modelo para a revolução capitalista e nacional de países periféricos, e vêem o populismo político como uma primeira expressão do povo e, portanto, da democracia, a escola de sociologia de São Paulo dará ao populismo de Vargas uma conotação negativa. Enquanto o grupo do ISEB, embora dotado de ampla formação teórica, estivesse antes situado no aparelho do Estado do que na universidade, e não se mostrasse preocupado com a pesquisa empírica, sendo antes um grupo de intelectuais públicos universalistas, os sociólogos de São Paulo eram um produto por excelência da universidade, e reivindicam para o si o caráter puramente acadêmico ou científico.

A institucionalização acadêmica e a problematização teórica ligada à investigação empírica marcaram, nos anos cinquenta e sessenta, o período da chamada “Sociologia Científica”. A sua principal referência foi a consolidação da Escola de Sociologia da USP, com Antonio Candido, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, orientando a própria Ciência Social brasileira por décadas. Uma das grandes preocupações deste período era a “revolução brasileira”. Segundo Santos e Baumgartem (2005, p. 194),

A consolidação da “Sociologia Crítica”¹⁰ pode ser caracterizada pelas dimensões básicas compartilhadas por inúmeros cientistas sociais latino-americanos (Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Orlando Fals Borda, Aníbal Quijano, Pablo Gonzalez Casanova, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Miguel Murmis, entre tantos outros): uma perspectiva de análise integrada; o método histórico-estrutural ou dialético; a consideração da historicidade do objeto de conhecimento; a análise dos fenômenos complexos de natureza internacional; a crítica radical do estrutural-funcionalismo; o interesse pelo marxismo como teoria totalizante para explicar a realidade da região; a temática do desenvolvimento e da mudança social e política.

A teoria da dependência, enquanto crítica à teoria do imperialismo, revelava que não havia uma burguesia local agindo pelos interesses nacionais e, nas suas demais versões, que o centro não seria desfavorável à industrialização. Em algum sentido estava sendo atribuída a responsabilidade maior pelo subdesenvolvimento às próprias elites locais, que não eram capazes de serem nacionais, do que, especificamente, aos possíveis obstáculos impostos pelo centro. Sendo uma teoria originalmente marxista, dava uma significativa ênfase à exploração de classes. Cardoso (1980) já havia indicado que a teoria da dependência analisava as classes sociais entremeadas no capitalismo dependente brasileiro.

¹⁰ Segundo Santos e Baumgartem (2005), as pesquisas latino-americanas na área de Sociologia Rural dos processos sociais agrários foram orientadas, principalmente, pela perspectiva da “Sociologia Crítica”, desde a década de 1960.

Das diferentes versões da teoria da dependência – teoria original, teoria da dependência associada e teoria nacional-dependente –, a teoria da dependência associada tinha a sua base de produção oriunda da Sociologia da USP. Cardoso e Faletto (1969), ao pensarem a dependência da América Latina dentro do modo de produção capitalista, analisaram a natureza política, econômica e social do desenvolvimento econômico destes países. Neste sentido, o Estado, no caso brasileiro, acabaria sendo um objeto importante de análise, seja na fase do populismo ou do autoritarismo militar, para compreender o processo de modernização da sociedade brasileira.

Este foi o espaço de reflexão das Ciências Sociais brasileiras construído a partir dos anos trinta e consolidado com os programas de pós-graduação que surgiram três décadas mais tarde. A influência teórica européia torna-se evidente, principalmente, na Sociologia. A articulação com o campo acadêmico internacional ocorreu com a vinda de missões estrangeiras e também com a formação de pesquisadores brasileiros no exterior. Esse ambiente propiciou o conhecimento e a adoção de determinados paradigmas teórico-metodológicos em detrimento de outros.

2 O “rural” como objeto de estudo

O “rural” tornou-se um objeto de observação científica na academia brasileira principalmente a partir dos anos sessenta, sendo que a problemática dos conflitos sociais rurais apenas passou a fazer parte com maior sistematicidade da pauta de investigação dos cientistas sociais na década seguinte¹¹.

Mesmo antes da discussão a respeito dos avanços urbano-industriais, as reflexões sobre o “rural” no Brasil eram identificadas a partir de estudos que buscavam compreender diversos aspectos da sociedade brasileira, fortemente rural, como foi o caso de algumas obras de Joaquim Nabuco. No início do século XX, os estudos de Euclides da Cunha, de Sylvio Romero, de Arthur Orlando e de Oliveira Viana foram representativos na discussão das sociedades rurais. Na opinião de Diêgues Jr. (1962), foi a partir da década de 1930, todavia, que surgiram as contribuições mais expressivas, mas não exclusivamente no campo acadêmico: Mário de Andrade, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, entre outros.

Os inúmeros estudos regionais realizados desde os anos trinta foram relevantes para a compreensão do “rural” brasileiro. Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 317), contudo, ressaltaram que “[...] a preocupação de fundo sociológico entre os escritores brasileiros chegou a impor a utilização de novos materiais empíricos e a mobilização de novas referências bibliográficas internacionais, mas não alterou de forma radical o tom ensaístico das publicações dos anos 1920 e 1930”.

Entre os anos trinta e quarenta, alguns autores marcaram o rumo do esforço de construção de uma identidade nacional: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Estes autores procuraram, de acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 312),

[...] investigar como as matrizes sociais ordenadoras do mundo rural do Brasil colonial, especialmente a *grande lavoura (engenhos e fazendas)*, incidiam diretamente sobre os rumos da modernização do Brasil, justamente à época em que se aceleravam os processos de urbanização, de industrialização e de construção do Estado federal capaz de gerir os destinos da coletividade nacional. O conhecimento das hierarquias sociais e das representações mentais e simbólicas herdadas do

¹¹ Todavia, essa discussão não partia de um marco zero. Antes desse período, já existia uma produção do conhecimento sobre o “rural” principalmente na obra de ensaístas. Em muitos casos, tal abordagem se voltava diretamente para o debate político, observando de modo indireto a problemática dos conflitos sociais rurais, já que o objetivo maior era compreender historicamente o processo de constituição da nação brasileira de um ponto de vista simultaneamente identitário e desenvolvimentista, como poderá ser percebido nesta investigação, como ocorreu na obra de Caio Prado Jr.

universo colonial apareciam, então, como um passo fundamental para a compreensão do leque de possibilidades dos destinos da nação.

Segundo Meucci (2000), a preocupação com as populações rurais também marcou as primeiras sistematizações do conhecimento sociológico no país. Caberia à Sociologia compreender qual seria o espaço ocupado por estas populações numa sociedade rumo ao processo de urbanização e de industrialização como a brasileira:

Em termos gerais, podemos dizer, a questão do campo, e, por conseguinte, das populações rurais, fora, de fato, um tema de primeira grandeza para a composição da pauta de discussões sociológicas que então se constituíra. Basta apenas lembrar que muitos autores de manuais de sociologia possuem, no conjunto de seus trabalhos, obras especialmente dedicadas à discussão de questões relativas ao meio rural brasileiro: Carneiro Leão escrevera “A sociedade rural, seus problemas e sua educação”, Amaral Fontoura “O ruralismo: base da economia nacional”, Fernando de Azevedo, “Canaviais e Engenhos na vida política” (MEUCCI, 2000, p. 105).

A questão apresentada pela Sociologia, de acordo com Meucci (2000), era como integrar o meio rural ao progresso brasileiro, já que o seu distanciamento dos objetivos da nação poderia comprometer o avanço do país como um todo. Com o impulso urbano-industrial e, ao mesmo tempo, o empobrecimento das regiões rurais, os cientistas sociais temiam pelo deslocamento das populações rurais em direção às cidades. As soluções sugeridas por estes cientistas tinham o intuito de reter as populações rurais ao campo através de atos que aumentassem o seu bem-estar, como criação ou extensão de meios de transporte, comunicação, rede elétrica, saneamento, crédito e assistência técnica, mas principalmente uma educação rural; quanto ao aspecto da educação, seria uma tentativa de impedir que os valores e o modo de vida urbano estimulassem a saída dos jovens do meio rural¹². A autora concluiu, a partir da análise da contribuição de Carneiro Leão e de Amaral Fontoura a este respeito, que

[...] deve-se notar, no projeto de organização nacional esboçado nos compêndios didáticos de sociologia, a identificação do lugar a ser ocupado pelo campo pelos camponeses encerra um paradoxo fundamental (sic). Exigia-se, por um lado, do poder público, a integração do meio rural à vida econômica do país através de rodovias e ferrovias que viabilizassem o escoamento da produção agrícola. Desse modo esperava-se ampliar a renda da população e melhorar significativamente o padrão de vida dos camponeses.

Por outro lado, recomendava-se o cuidado, sobretudo no sistema escolar, na propagação de idéias consideradas tipicamente urbanas, para que não fossem motivados os camponeses a ir para a cidade em busca de um novo ideal de vida. Para que não fossem assim destruídos os hábitos e tradições consideradas também importantes para a constituição de uma tradição cultural da nação brasileira (sic).

A educação rural exerceria, pois, a vigilância dos valores sociais do campo. Estaria, desse modo, administrando o paradoxo fundamental entre progresso e tradição, favorecendo a fixação dos sertanejos ao campo.

Nesse sentido, sobretudo os estudos de sociologia rural, inspirados nos princípios da ecologia humana, procuravam oferecer condições para que, através de suas investigações, os professores pudessem, efetivamente, desenvolver um vínculo entre os jovens alunos e o meio rural (MEUCCI, 2000, p. 108).

Villas Bôas (1997) destacou que a passagem dos anos quarenta para os cinquenta presenciou a publicação dos estudos sociológicos em livros. A partir da pesquisa do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, esta autora observou que a produção do período 1945-64, quanto aos aspectos temático e metodológico e aos problemas de pesquisa, podia ser dividida em dois momentos distintos:

¹² A dominação do modo de vida urbano sobre o mundo rural foi também um tema discutido por três cientistas sociais franceses em relação aos anos sessenta à oitenta na França – Pierre Bourdieu, Patrick Champagne e Sylvain Maresca. Estes estudos corroboram a preocupação que os cientistas sociais brasileiros já tinham décadas antes em relação ao Brasil. Ver Bourdieu (2002) e Champagne e Maresca (1986).

Nos dez primeiros anos daquele período, uma parte significativa da produção sociológica estava voltada para o conhecimento do mundo rural brasileiro. O exame do meio rural do país levava os sociólogos a focalizarem as relações de patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários e trabalhadores rurais. A convivência de novas e velhas relações de trabalho, as condições da propriedade rural e a influência do meio rural na vida política do país eram temas que chamavam a atenção dos pesquisadores na época. [...]

A partir de meados dos anos 50, fase de acelerado crescimento industrial do país, uma mudança sensível opera-se na configuração da disciplina. A questão da modernidade se impõe à Sociologia. O transplante de idéias, padrões científicos, hábitos e costumes 'racionalis' passa a constituir um dos focos polêmicos da atenção dos sociólogos. Embora discordassem quanto à modalidade de integração do Brasil no conjunto das sociedades modernas, aceitavam este desafio como uma exigência histórica, política e intelectual. [...] (VILLAS BÔAS, 1997, p. 75).

Quanto ao primeiro momento, o interesse pelo meio rural como objeto de estudo nas Ciências Sociais poderia ser justificado, segundo Wanderley (1997), em razão de determinados fatores, como a discussão a respeito do papel da agricultura no desenvolvimento e a tentativa de solucionar as crises sociais oriundas das transformações da agricultura. O segundo momento caracterizou-se por uma ampliação teórica da tradição de pensamento no país, pela adoção de uma concepção moderna de história e, por fim, pela preocupação dos sociólogos com o papel que deveriam desempenhar numa sociedade de mudanças (VILLAS BÔAS, 1997).

Diêgues Jr. (1962) destacou que os estudos sobre os problemas rurais brasileiros, produzidos com mais intensidade a partir dos anos cinqüenta, e as pesquisas de campo contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia Rural¹³ no país. Além disto, este conhecimento também foi possível com a contribuição da Antropologia, da Economia, da Geografia e da História.

No que se refere à Antropologia, de acordo com Melatti (1984), os imigrantes e seus descendentes e as populações de áreas antigas e estagnadas economicamente foram objeto de investigação ao longo dos anos trinta a partir dos estudos acerca de mudanças sociais e culturais. As duas décadas seguintes foram marcadas pelos estudos de comunidades a partir das técnicas da Etnologia. Na década de 1960, o interesse passou a ser “[...] por pesquisas de caráter mais regional, nas quais se examinam determinados problemas como o do campesinato, o dos assalariados rurais, dos trabalhadores urbanos, das frentes de expansão e pioneiras” (MELATTI, 1984, p. 18). Segundo Rubim (1997), a partir da década de 1970, novos estudos passaram a ser realizados na antropologia do campesinato, na antropologia urbana e acerca da sociedade nacional.

O desenvolvimento do país suscitou um interesse pelos aspectos próprios das transformações urbanas e industriais no conjunto de questões tratadas pelas Ciências Sociais; todavia, os aspectos econômicos, sociais e políticos das relações e do ambiente rural não foram desprezados, mas, em alguma medida, passaram a exercer uma atração menor sobre os cientistas sociais. Wanderley (1997, p. 1), numa discussão a respeito do meio rural na atualidade brasileira, investigou como e por quais motivos as questões relativas a esse “rural” ainda orientavam o esforço de pesquisa destes cientistas:

As preocupações crescentes sobre o meio ambiente, as representações a respeito do território nacional e do papel atual da agricultura no desenvolvimento, a busca de soluções para as crises sociais, especialmente associadas ao emprego e às transformações da agricultura, recolocaram a problemática da ruralidade no contexto das sociedades modernas. Fala-se de um renascimento rural, da necessidade de formulação de uma teoria da localidade (não apenas rural, diga-se de passagem) e de

¹³ A discussão sobre a constituição da Sociologia Rural enquanto uma Sociologia Especial não será objeto de reflexão neste artigo. Uma análise sobre este assunto foi realizada por Martins (1986).

novas relações entre o campo e a cidade. Estes, longe de constituírem pólos opostos, guardam especificidades, que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente.

Os pesquisadores brasileiros têm hoje dificuldades para participar deste debate internacional. É surpreendente que, desde o início dos anos 70, os cientistas sociais brasileiros tenham abandonado o estudo do mundo (ou meio) rural, enquanto espaço de vida e de sociabilidade destes mesmos agricultores. Teria o impressionante êxodo para as cidades, ocorrido no Brasil, esvaziado o meio rural, a ponto de desqualificá-lo como objeto de estudo? Neste caso, alguém estudou este processo? Ou teria havido uma homogeneização tal dos espaços sociais e das experiências de vida social, a ponto de anular qualquer diferença entre o homem que mora no campo ou na cidade? Novamente, alguém estudou este processo?

A rápida transferência de grandes contingentes populacionais do campo para as cidades também justifica, no Brasil, a necessidade de se privilegiar o espaço urbano, agora centro aglutinador da maioria da população. Porém, aqui, muitos estudiosos se desinteressaram pelo “rural”, como se ele tivesse perdido toda consistência histórica e social, como se o fim do “rural” fosse um resultado normal, previsível e mesmo desejável da modernização da sociedade. No Brasil, freqüentemente, o rural se confunde com o atrasado e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade.

As questões agrícolas e agrárias, relativas às mudanças na base produtiva, nas relações técnicas de produção, nas relações de trabalho, nas formas de organização, nas relações setoriais; à existência de classes sociais no campo; às políticas públicas, entre outras, foram analisadas pelo campo acadêmico. Em alguns momentos, a ênfase era dada a um conjunto de questões, cedendo espaço para outras no decorrer do tempo de acordo com interesses econômicos e políticos. Isto se refletia na própria existência de linhas de financiamento para pesquisas em determinadas áreas de interesse ao longo do tempo.

Houve também um intenso debate sobre o caráter das relações de produção no meio rural¹⁴ – feudalismo *versus* capitalismo – no campo da Sociologia, da História e da Economia, em meados do último século, como destacaram Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 318):

Discutir o campo, nesse contexto, era discutir a própria formação do Estado e a capacidade deste de influir no destino do país: a modificação da estrutura agrária aparece como condição *sine qua non* para eliminar os obstáculos à industrialização e a toda modernização cultural e política a ela associada. Os dramas das populações rurais, como miséria, fome, isolamento, baixo grau de instrução e um certo grau de passividade política, passaram a ser lidos não mais como decorrentes de causas físicas ou naturais, como a mestiçagem, como as secas ou mesmo as doenças, mas como questões sociais, cuja solução demandava uma intervenção política. O *latifúndio* estaria na raiz destes problemas. Muito mais do que apenas uma grande propriedade, a noção de *latifúndio* significava um conjunto de relações de poder marcadas pela exploração, pela imposição de uma vontade arbitrária, pela violência, pela ausência de direitos, e que garantia às elites agrárias uma enorme influência nas tomadas de decisão sobre os usos de recursos públicos e na implementação de ações políticas.

A reforma agrária esteve presente como um tema central na discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno. Além disto, as imagens do “camponês” e do trabalhador rural passaram a ser construídas pela esquerda brasileira a partir de sua atuação junto a grupos do meio rural. De acordo com Garcia Jr. e Grynszpan (2002, p. 321), o debate acerca das “[...] transformações em curso no mundo rural estava, então, estreitamente vinculado à fala sobre a evolução da nação, enquanto comunidade econômica e enquanto comunidade política. Contudo, o ensaísmo como gênero continuava a predominar”.

As questões concernentes ao meio rural, principalmente aquelas relacionadas às relações sociais na agricultura, fizeram parte do espaço político nos anos sessenta e setenta. Um dos motivos para isto ter acontecido, na opinião de Sigaud (1990), foi a emergência do

¹⁴ Palmeira (1971) construiu uma síntese deste debate em seu estudo.

movimento “camponês”. Nas décadas seguintes, contudo, o “rural” deixou de ser um tema predominante na visão intelectual brasileira em razão da consolidação do setor urbano-industrial como centro dinâmico da economia e do próprio interesse dos governos militares em ocultar os conflitos sociais no campo. Em meados dos anos oitenta, com a discussão sobre a reforma agrária no país, no Congresso Nacional e externada nas mobilizações dos trabalhadores rurais, o tema voltou a apresentar visibilidade no cenário político nacional (SIGAUD, 1990).

Souza [198-] também indicou que determinados temas nortearam as análises voltadas para a realidade brasileira ao longo do tempo, como o rumo do desenvolvimento e os seus impasses durante os anos sessenta, a sociedade civil na década seguinte e os movimentos sociais nos anos oitenta, tentando romper com as pesquisas focalizadas nas classes sociais, nos partidos políticos, nos sindicatos e no Estado.

Em razão da significativa dimensão da produção do conhecimento sobre o “rural”, de acordo com Sigaud (1990), diversos pesquisadores dedicaram-se a estudar determinados subtemas ao longo dos anos oitenta, como mostraram José César Gnaccarini e Margarida Maria Moura na resenha acerca da estrutura agrária brasileira e sobre os temas analisados nas décadas de 1960 e 1970; Leonarda Musumeci, quando refletiu sobre os pequenos produtores, a modernização agrícola e as transformações sociais no campo; Bernardo Sorj, quando discorreu a respeito das políticas de modernização do Estado e a expansão da agroindústria; Cândido Grzybowski, quando desenvolveu uma análise acerca dos movimentos sociais rurais; José Vicente Tavares dos Santos, quando avaliou as discussões realizadas no grupo temático Estado e Agricultura da ANPOCS; entre outros. Na opinião da autora, o denominador comum destes estudos foi a tentativa de compreender as transformações das relações sociais no campo.

Gnaccarini e Moura (1983) indicaram a dificuldade em elaborar uma resenha dos estudos voltados para a estrutura agrária brasileira, num sentido amplo, em razão da amplitude do tema. Este assunto estava inserido na própria discussão sobre a constituição da sociedade brasileira. Além disto, o debate também transcendia o próprio espaço do campo acadêmico e dos limites disciplinares, já que este tema foi historicamente abordado por pesquisadores de diferentes formações, como economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, historiadores, agrônomos e literatos. Nos estudos analisados sobre a natureza das relações de produção no campo, por exemplo, percebia-se uma interpretação “militante” sobre o tema, ou seja, existia uma vinculação entre a esfera política e a esfera científica, como nos clássicos debates sobre a questão agrária e o capitalismo *versus* feudalismo. Associado a tudo isto, ainda verificou-se a intensa e rápida produção do conhecimento a respeito do tema. Todos estes aspectos, segundo os autores, serviram para constatar que

[...] o Brasil é, de algumas décadas para cá, uma sociedade e um Estado muito preocupados com a agricultura e as tensões sociais agrárias. Esta preocupação, sem ser sinônimo do reconhecimento da relevância do tema para melhor apreensão do que é o país, parece refletir, a seu modo, percepções antagônicas sobre se o campo permanece diferente da cidade e se as classes sociais no campo vivenciam distintamente planos e normas econômicas e políticas. A produção intelectual sobre a estrutura agrária brasileira vai interpretá-la sobre o prisma do atraso das mentalidades no meio rural de países em desenvolvimento, da resistência à mudança, das etapas de desenvolvimento econômico a serem percorridas [...], até o da necessidade de “avançar” socialmente para formas mais democráticas de organização da produção (GNACCARINI e MOURA, 1983, p. 5-6).

Sigaud (1992) se debruçou sobre a produção acadêmica a respeito do tema. Sua análise fundamentou-se na avaliação do que estava sendo “revelado” nos estudos e não na identificação de autores, temas e correntes teóricas. Segundo ela, a partir de uma preocupação central, a de analisar a expansão do capitalismo no campo, as pesquisas realizadas a partir da

década de 1970 começaram a avaliar os sindicatos de trabalhadores rurais como processos organizados de lutas destes trabalhadores. Estes estudos identificaram as diferentes formas de organização do campesinato, dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos próprios movimentos sociais rurais, além das relações entre os representantes e os representados, das organizações da classe patronal, do papel da Igreja, as novas identidades sociais surgidas, a violência contra os camponeses e a reforma agrária como uma luta camponesa.

Santos (1991) realizou um estudo sobre a produção intelectual acerca do meio rural ao longo da década de 1980 e identificou as pesquisas com referência aos conflitos sociais, às lutas sociais e à violência como os principais eixos temáticos de investigação desenvolvidos no Brasil, no âmbito das Ciências Sociais, neste período. Apesar de ter ocorrido uma evolução na reconstrução das lutas sociais, no entanto, as análises sobre os efeitos sociológicos dos conflitos e das lutas sociais no meio rural foram reduzidas. Em outro momento, Santos (1988) identificou, a partir de uma análise do objeto de estudo e das dimensões estratégicas utilizadas nas investigações sobre os movimentos sociais rurais, que os diversos cientistas sociais revalorizaram a dimensão espacial como um elemento dos conflitos agrários. Estes pesquisadores também indicaram a diversidade de atores sociais envolvidos nestas lutas e a presença de mediadores políticos e, por fim, salientaram as dimensões culturais e simbólicas nestes conflitos.

O esforço de avaliação do conhecimento produzido sobre o “rural”, segundo Sigaud (1992), indicou a preocupação dos pesquisadores com as novas problemáticas surgidas nas Ciências Sociais. A autora pretendia, ao longo do seu estudo, “[...] fornecer algumas indicações sobre as condições sociais e materiais em que se deu a expansão do interesse sobre o ‘campo’, sobre as problemáticas que ocuparam os produtores e os conhecimentos por ele produzidos” (SIGAUD, 1990, p. 3).

Os estudos de Santos (1988, 1991) e de Sigaud (1992) demarcam um terreno de investigação deste tema, levantando questões relevantes e permitindo o aprofundamento desta temática.

2.1 Conflitos sociais rurais como tema de investigação

Desde meados dos anos quarenta, período de redemocratização do país, houve uma intensificação dos conflitos sociais no meio rural. Estes trabalhadores do meio rural organizaram-se em associações, sindicatos e Ligas Camponesas e promoveram demandas em torno de questões trabalhistas, econômicas e sociais. Passaram a ter uma maior visibilidade na sociedade porque estavam agora inseridos nos debates políticos e econômicos promovidos por seus representantes, possibilitando a projeção de suas reivindicações nos espaços mais distantes – o nacional e o internacional. Talvez antes mesmo do atendimento aos seus próprios interesses, a visibilidade adquirida pela mobilização destes trabalhadores do meio rural deve ser compreendida como estando inserida em um projeto mais amplo: o de orientação do desenvolvimento brasileiro.

As organizações de esquerda realizaram um trabalho de classificação política destes trabalhadores, de construção de identidades, de orientação das exigências, de estabelecimento de relações com outros agentes – os proprietários rurais, os políticos, a Igreja, o Estado. Seguiu-se uma verdadeira guerra semântica que tentava dividir as forças políticas e a compreensão social do significado da expressão reforma agrária, tal como antes seguira-se, à época das Ligas Camponesas. Naquele período, também por um procedimento de disputa semântica, houve uma unificação de trabalhadores do meio rural submetidos a diversos regimes sob a designação comum de “camponeses”.

Os conflitos sociais no meio rural passavam então pelos debates a respeito da questão agrária e da propriedade fundiária no Brasil, questões oriundas da interpretação da esquerda da época a respeito das especificidades do processo histórico de transformações sociais e

econômicas vivenciadas pela sociedade brasileira. O que ocorreu, contudo, não foi apenas a construção de uma categoria no discurso político daquele momento. A existência destes conflitos levou à inserção da questão da reforma agrária nas esferas políticas estaduais e nacional.

Era um momento de servir-se de meios para transformar o Brasil num país moderno, modernizar as inúmeras esferas econômica, política e social. Era um período de discussão de um projeto de industrialização do país e de ampliação do mercado interno. Os “camponeses” eram identificados como um elemento central na superação dos obstáculos que impediam o desenvolvimento nacional. Os conflitos sociais rurais surgiram em razão do tipo de transformações capitalistas que estava ocorrendo e foi neste contexto que se construiu a visão do mundo para os grupos que estavam interagindo no espaço social. De acordo com Medeiros (1989), a intensificação do processo de industrialização e a redefinição das atribuições da agricultura na economia culminaram numa nova fase de transformações da sociedade brasileira, provocando o surgimento destes movimentos.

Foi nos anos setenta, segundo Medeiros (1995), que tomaram consistência as investigações sociológicas e antropológicas a respeito deste espaço rural e, de forma mais ordenada, também se iniciou a pesquisa sobre os conflitos sociais rurais no campo acadêmico das Ciências Sociais, consolidada com os programas de pós-graduação a partir dos anos sessenta. Rapidamente a imagem do “camponês” passou a ser construída simbólica e politicamente pela retórica e pela militância da esquerda brasileira. A discussão concentrou-se na problematização das relações de produção no meio rural com as transformações capitalistas e, neste sentido, o termo “camponês” passou a explicar as diferentes relações de trabalho neste meio.

A exemplo disto, poder-se-ia fazer referência ao estudo de Palmeira (1971). Segundo o autor, dado o desenvolvimento industrial brasileiro desde os anos trinta, os cientistas sociais brasileiros realizaram esforços para compreender a natureza das estruturas e das relações sociais dominantes na agricultura brasileira. O debate a respeito dos restos feudais na agricultura brasileira, ou mesmo do feudalismo na história brasileira, estava presente desde a década de trinta. Todavia, segundo o autor, foi apenas nos anos sessenta que passou a ter uma condição de questão pública:

Les discussions entre intellectuels et hommes politiques de gauche sur le problème, exposées dans des revues telles que Revista Brasiliense et Estudos Sociais ont été pionnières dans ce sens là. Une série d'articles de PRADO JÚNIOR dans la Revista Brasiliense, qu'il dirigeait, ont mené l'orthodoxie à chercher des bases nouvelles pour ses thèses. Le livre de Alberto PASSOS GUIMARÃES, Quatro Séculos de Latifúndio, paru en 1963, a fourni le meilleur exemple de cette tentative. Mais, en 1964, la même Revista Brasiliense ouvrait ses pages à M. Andrew GUNDER FRANK qui, dans un long article sous le titre “L'Agriculture Brésilienne et le Mythe du Féodalisme” s'attaquait aux thèses orthodoxes avec une virulence peu commune. Cependant, à l'ouvrage de PRADO JÚNIOR de 1966, A Revolução Brasileira, revient le mérite d'avoir donné effectivement au débat son caractère politique. En combattant la stratégie politique de la gauche brésilienne, cet auteur s'est attaqué surtout aux conceptions courantes sur la questions agraire. Répétant pratiquement SIMONSEN, il disait: “Le Brésil ne présente rien qu'on puisse désigner de façon légitime par ‘survivances féodales’”. Outre des nombreux comptes-rendus critiques dans des revues destinées au public cultivé, l'ouvrage a servi de prétexte pour la publication de deux petits livres et de nombreux documents politiques. Les thèses du VIème Congrès du Parti Communiste Brésilien (1967) vouées à la question agraire ont été, en bonne partie destinées à répondre à PRADO JÚNIOR (PALMEIRA, 1971, p. III-IV).

A temática dos conflitos sociais rurais pouco a pouco logrou sua consolidação como objeto de estudo das Ciências Sociais por meio da discussão acerca das relações de produção no contexto de transformações capitalistas no meio rural. As análises sobre os conflitos sociais no campo caracterizavam-se pela

[...] diversidade de elementos em exame, particularmente em dois aspectos: as formas que tais ações coletivas assumiram, desde os saques e o protesto cotidiano contra a seca até as lutas contra as barragens, as lutas por melhores preços dos produtos agrícolas, e as lutas pela terra, esta última contando com dois protagonistas principais, ‘os colonos sem terra’ e os posseiros. O segundo aspecto que mais preocupa os pesquisadores refere-se às dimensões políticas de tais lutas: a participação das mulheres, a relação de tais ações coletivas com os sindicatos e com os partidos políticos, e sua vinculação com as mobilizações acerca da Reforma Agrária. Entretanto, também foram objeto de análise a dimensão econômica de tais lutas sociais, as formas de sociabilidade, e a dimensão cultural que nelas está sempre presente, realçando-se nesse ponto a relação entre a classe social e a consciência de classe que pode emergir no próprio conflito (SANTOS, 1988, p. 7-8).

No âmbito deste artigo, apenas as percepções a respeito das mobilizações sociais ocorridas no meio rural interessam a esta investigação. Todavia, caberia indicar um estudo desenvolvido por Sader e Paoli (1986) a respeito das classes populares urbanas. Como indicaram os autores, o objetivo daquele estudo era

[...] tentar analisar alguns textos recentes que fazem aparecer os trabalhadores, os operários, os subalternos, os populares, os habitantes de periferias, favelas e subúrbios, os migrantes, os mobilizados em sindicatos e os participantes de movimentos sociais urbanos como um corpo de pessoas e grupos que, *juntos*, formam para o pensamento sociológico uma “categoria”, uma “estrutura” ou uma “prática coletiva” no interior de relações com outros grupos que lhe são antagônicos. É um problema aparentemente simples porque a produção sociológica sobre estes grupos sociais está aparecendo pontualmente à sua visibilidade pública e à importância que tais grupos adquiriram no cenário político contemporâneo brasileiro. No entanto, ao narrar o que anda acontecendo com os trabalhadores e seus movimentos sociais, parte desta produção sociológica recente parece questionar profundamente o *conceito* de classe social como paradigma teórico instituído e adquirido pelas ciências sociais, e isto não apenas no plano da teoria “clássica”, mas também (e sobretudo) no plano de seu uso pela tradição sociológica brasileira (SADER e PAOLI, 1986, p. 39-40).

O resgate da proposição destes autores, ao analisarem os trabalhadores urbanos na sociedade brasileira, prestaria auxílio ao processo de compreensão dos estudos aqui indicados nas seguintes reflexões: como os trabalhadores do meio rural, nas suas diversas organizações e manifestações, situaram-se no processo de transformações capitalistas no país; quais foram as fontes explicativas empregadas, num contexto de formação do próprio pensamento social brasileiro, e, principalmente, quais as questões que estão sendo levantadas no próprio processo de formação do conhecimento social.

3 Algumas reflexões acerca do espaço de investigação sobre o “rural”

O processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, no campo institucional e intelectual, de acordo com Miceli (1989), vinculou-se à expansão das instituições universitárias públicas e ao volume de recursos governamentais direcionados à constituição de centros independentes de pesquisa. A consolidação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, segundo Vianna, Carvalho e Melo (1995), deu-se em razão da existência de políticas públicas orientadas para a formação de docentes. De acordo com Sigaud (1992), a existência de fontes de financiamento internas e externas às atividades de investigação também garantiram o conjunto de condições institucionais e materiais para que a constituição destas ciências no país lograsse resultados.

No espaço das atividades de pós-graduação, de pesquisa e de eventos científicos, desenvolveu-se a difusão do conhecimento sobre o “rural” por meio de livros, artigos, teses, dissertações e comunicações em eventos científicos. Os produtores deste conhecimento se concentraram em torno de sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos, historiadores e geógrafos. Segundo Sigaud (1990, p. 4), foi “[...] no bojo deste processo que surgem os produtores sobre o ‘campo’, que viriam a construir, ao longo das duas décadas,

uma numerosa ‘população de especialistas’ ocupando uma região determinada do espaço acadêmico que seria responsável pela ampliação significativa do conhecimento sobre o ‘campo’”.

Um exemplo representativo de espaço de produção institucional sobre o “rural” foi o Centro de Estudos Rurais de São Paulo (USP), apresentado por Maria Isaura Pereira de Queiroz na revista francesa *Etudes Rurales*, em 1965:

Le Brésil est peuplé pour moitié de ruraux, cette partie de la population est la plus défavorisée socialement et la moins connue au point de vue sociologique. Quelques monographies existent, peu nombreuses par rapport à la diversité des problèmes qui s’y posent; les grandes études d’ensemble font entièrement défaut. De plus, ceux des économistes, psychologues, géographes, ainsi que les agronomes qui étudient le milieu rural, le font sans établir de contacts entre eux ou avec les sociologues qui s’y consacrent.

C’est pour y remédier qu’a été créé le Centre d’Études Rurales de São Paulo. Cet institut qui réunit, sous la direction du signataire de ces lignes une équipe de sociologues, entend n’être lié directement à aucune institution universitaire, afin de pouvoir mener librement des recherches relevant de plusieurs disciplines. Cependant, de par la qualité de ses membres, qui appartiennent pour la plupart, en qualité de professeurs, ou de chercheurs, à l’Université de São Paulo, le Centre se rattache, de façon informelle, à cette dernière.

Son premier but est de permettre aux spécialistes d’études rurales d’entrer en contact entre eux et de se tenir au courant des travaux en cours dans les différents domaines de recherche.

Le Centre se propose également de mener à bien la constitution d’une documentation, réunissant les données éparses détenues par toutes sortes d’instituts universitaires et services administratifs, tâche entreprise depuis déjà trois ans par les membres de l’équipe.

Enfin, le Centre se propose d’intensifier les recherches sur les sociétés rurales du Brésil, à la fois dans une perspective typologique et par des monographies consacrées à des problèmes spécifiques.

Par ces travaux, on espère pouvoir aussi contribuer à la solution de problèmes pratiques: établissement de projets d’amélioration du niveau de vie des paysans; passage moins brutal que par le passé de l’économie de subsistance à l’économie de marché; intensification du développement général du monde agricole. Les membres du centre pensent, en effet, que la vie paysanne brésilienne – encore dominée par l’économie de subsistance et ensermé dans des formes traditionnelles de vie sociale – est inévitablement vouée à se transformer. Mais ils estiment que cette transformation ne doit pas s’accompagner nécessairement d’un appauvrissement et d’une désorganisation sociale, comme cela s’est produit jusqu’à présent (QUEIROZ, 1965, p. 9).

Após três anos, Queiroz (1968) expôs, nesta mesma publicação, uma relação dos trabalhos efetuados no período 1964-67, agrupados por temas. Esta é também uma forma de perceber quais eram as indagações que estavam sendo feitas naquele momento pelos cientistas sociais da USP. Em “sociologia pura”, os grupos eram: os grupos de vizinhança; colonização das regiões *inhabitées* e pequena propriedade; transformações sócio-econômicas de mão-de-obra rural assalariada no estado de São Paulo; e grandes plantadores e grandes criadores. Por outro lado, as pesquisas em “sociologia aplicada” eram divididas nos seguintes estudos: trabalho do Vale da Ribeira e CEPLAC (Comissão de Estudos e Planificação para a Agricultura do Cacau). A CEPLAC, vinculada ao governo federal, tinha o objetivo de financiar pesquisas centradas basicamente no apoio à cacauicultura.

Quanto aos espaços de reflexão sobre o “rural”, pode-se indicar alguns programas com linhas temáticas vinculadas ao tema: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criado em 1968; o Mestrado em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba, criado em 1977; o Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana da Universidade Estadual Paulista (UNESP), criado em 1981; e o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e

Sociedade vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), antes ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com o nome de Desenvolvimento Agrícola, criado em 1977. Outro centro de produção do conhecimento social que desenvolveu um conjunto de investigações ligadas ao “rural” foi o Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criado em 1985 (BRUMER e SANTOS, 1994, 2000).

Além destes cursos, a temática também esteve presente em fóruns de discussão científica no interior das Ciências Sociais e em fóruns próprios, como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA)¹⁵ e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)¹⁶, criadas em 1955; a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)¹⁷¹⁸, criada em 1977; e o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), por exemplo (BRUMER e SANTOS, 1994, 2000).

A consolidação do tema também pode ser verificada por meio da existência de sub-áreas específicas para o estudo da temática rural no CNPq: na Antropologia (Antropologia Rural), na Sociologia (Sociologia Rural) e na Economia (Economia Agrária e dos Recursos Naturais). A existência de recursos oriundos de fontes como o CNPq, a CAPES, a FINEP, a Fundação Ford, o Interamerican Foundation, as fundações estaduais de amparo à pesquisa, os órgãos governamentais e as fundações privadas foi responsável pela expansão de pesquisadores e de estudos ligados ao “rural”. Sigaud (1990, p. 20-21) salientou, no entanto, que “[...] se houve uma política das Agências que beneficiou o ‘campo’ creio que ela não foi dirigida especificamente para o ‘tema’. [...] os produtores interessados em investigar esta ou aquela dimensão do campo brasileiro é que souberam negociar os recursos e canalizá-los para a direção na qual queriam investir”.

Assim, poder-se-ia pensar na existência de um campo acadêmico das Ciências Sociais, no Brasil, institucionalizado por meio da criação, da expansão e da consolidação dos centros de pós-graduação em Ciências Sociais no país, principalmente, a partir dos anos sessenta. Estes centros de produção do conhecimento produziram, ao longo do tempo, os produtores e os produtos vinculados a vários temas, como os estudos sobre o “rural” brasileiro. A existência de um conjunto de pesquisadores e da produção destas pesquisas confirma o interesse dos mesmos, bem como de instituições de financiamento destas investigações, na construção de um espaço de reflexão sobre o “rural”, num sentido amplo, e de temas específicos, como os conflitos sociais no campo no Brasil.

A concepção de campo é útil, pois auxilia a indagar as razões para a adoção de determinadas matrizes explicativas em detrimento de outras nos diversos estudos. As respostas podem ser obtidas por intermédio da compreensão do processo de constituição das Ciências Sociais no Brasil, com a influência de linhas teóricas específicas na formação científica nacional e, conseqüentemente, na constituição da forma de pensar dos cientistas sociais brasileiros ao longo das últimas décadas.

No contexto de formação das Ciências Sociais no Brasil, a construção do objeto e a escolha e operacionalização de determinadas matrizes teóricas, pelos pesquisadores da temática “rural”, estão estreitamente ligadas a uma rede de relações determinadas por

¹⁵ A Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, fundada em 1941, foi a precursora desta associação (MELATTI, 1984).

¹⁶ A Sociedade de Sociologia de São Paulo, criada em 1934, se transformou na SBS na década de 50.

¹⁷ O “rural” passou a fazer parte das discussões na ANPOCS a partir do início dos anos oitenta, sendo que os principais eixos temáticos eram as “lutas sociais no campo”, a “estruturação do rural na sociedade brasileira” e as “classes e os grupos sociais agrários”. Num estudo posterior, Santos (1991) indicou um quarto eixo temático: os “mediadores políticos”.

¹⁸ A criação desta associação reflete o fortalecimento da pós-graduação em Ciências Sociais e o entrelaçamento das suas disciplinas básicas.

correntes de pensamento, afinidades teóricas e fontes de influências inerentes ao campo acadêmico. Como o emprego das matrizes teóricas na constituição deste campo do conhecimento no país dependeu do intercâmbio teórico e metodológico entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores estrangeiros, estes pertencentes a instituições com orientações teóricas mais consolidadas, tais dados devem ser tomados em consideração.

Considerações Finais

O campo acadêmico brasileiro possuiu, desde a sua institucionalização, uma profunda relação com campo acadêmico internacional, demonstrada através da rede de relações constituída, difundindo influências teóricas responsáveis pela própria constituição/evolução das Ciências Sociais no país e permitindo a formação dos cientistas sociais brasileiros – pós-graduação no Brasil e no exterior.

Durante a implantação dos cursos brasileiros de pós-graduação em Ciências Sociais houve, de acordo com Reis, Reis e Velho (1997), a influência do contexto de afirmação de construção de uma ciência rigorosa da sociedade. Este era um momento de intenso intercâmbio internacional, com a afluência de estudantes brasileiros aos programas de pós-graduação europeus e americanos, além da incorporação, nos cursos de pós-graduação do país, do requinte teórico e metodológico dos centros estrangeiros de desenvolvimento das Ciências Sociais.

As agências de financiamento, por meio do fornecimento de recursos para pesquisa, também tiveram um papel significativo no processo de expansão de pesquisadores e de estudos nas diferentes áreas. É possível afirmar que a construção institucional de um conjunto de elementos no espaço acadêmico – como os cursos de pós-graduação, os projetos de pesquisa, os eventos científicos, bem como a própria criação de associações por disciplina e a criação da produção do conhecimento – foi possibilitada por estes recursos. Desta forma, as universidades e as agências de financiamento criaram as condições sociais e materiais que permitiram a evolução do campo.

Estes centros de produção do conhecimento tornaram-se responsáveis pela implementação de dinâmicas científicas que conseguiram gerar a reprodução de investigadores e de investigações articuladas por diferentes objetos e por diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

A produção do conhecimento sobre o “rural” e os conflitos envolvendo trabalhadores do meio rural foi viabilizada pela expansão e pela consolidação dos cursos de pós-graduação no Brasil, como identificou Sigaud (1992). As investigações a respeito deste tema concentraram-se nos programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, mas também desenvolveram-se em instituições de pós-graduação no exterior, onde cientistas sociais brasileiros buscaram complementar sua formação. Estes centros de produção científica tornaram-se responsáveis pela implementação de dinâmicas científicas próprias que conseguiram gerar a reprodução de investigadores e de investigações articuladas por este mesmo objeto.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos na areia: dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, 1930-1964. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-60, 2. sem. 1987.

BONELLI, Maria da Glória. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 31-61, 2. sem. 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires: crise de la société paysanne en Béarn**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan, 2005. p. 201-232.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais. In: Piñeiro, Diego E. (Comp.). **30 años de sociología rural en América Latina**. Montevideo: ALASRU, 2000. p. 33-69.

_____. Por uma sociologia dos processos sociais agrários. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 6, p. 3-8, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.

CHAMPAGNE, Patrick; MARESCA, Sylvain. **De la succession familiale a l'installation professionnelle**. Paris/Dijon: INRA/ENSSAA, 1986. 2 vols.

DIÊGUES JR., Manuel. Nota sobre a sociologia rural no Brasil: aspectos de sua formação, desenvolvimento e estado atual. **Sociologia**, São Paulo, vol. XXIV, n. 4, p. 245-258, dez. 1962.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. O financiamento das ciências sociais: a estratégia de fomento da Fundação Ford e da Finep, 1966-1985. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 38-55, 2. sem. 1988.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 101-120, out. 1997.

GARCIA JR., Afrânio; GRZYNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002. p. 311-348. 4 v.

GNACCARINI, José Cesar; MOURA, Margarida Maria. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 5-52, 1. sem. 1983.

IANNI, Octavio. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p. 92-100, jun. 1990.

_____. **A luta pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo**. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELATTI, Julio Cesar. A antropologia no Brasil: um roteiro. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 3-52, 1. sem. 1984.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MICELI, Sergio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 5-19. 1 v.

MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira - Sociologia, Antropologia e Ciência Política**. São Paulo: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

_____. **O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002**. São Paulo: Sumaré, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia L. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 53-55.

PALMEIRA, Moacir. **Latifundium et capitalismo: lecture d'un débat**. 1971. Tese (Doutorado) – Faculté de Lettres et de Sciences Humaines, Paris.

PEIRANO, Mariza G. S. Por um pluralismo renovado. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 43-51.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo (Brésil). **Études Rurales**, Paris, n. 16, p. 9, janvier-mars 1965.

_____. Le Centre d'Études Rurales de São Paulo: Activités récents – 1964-1967. **Études Rurales**, Paris, n. 31, p. 123-127, juillet-septembre 1968.

_____. O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros. In: CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1990. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990. p. 65-97.

REIS, Elisa Pereira; REIS, Fábio Wanderley; VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 25, p. 7-28, out. 1997.

RUBIM, Christina de Rezende. Um pedaço da nossa história: historiografia da Antropologia brasileira. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 31-72, 2. sem. 1997.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE, 1991. **Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991. p. 13-51.

_____. Notas sobre a investigação sócio-antropológica do “rural” (o caso do Grupo de Trabalho Estado e Agricultura da ANPOCS). In: Encontro Anual da ANPOCS, 12., 1988, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ANPOCS, 1988. Versão preliminar para discussão.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. **Sociologias**, Porto Alegre, n.14, p. 178-243, jul.-dez. 2005.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: **Temas e Problemas da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: IDESP / Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. p. 30-42.

_____. **Para que serve conhecer o campo?** Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1990. Mimeografado.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Movimentos sociais no Brasil**. [S.l.: s.n.], [198-]. Mimeografado.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha. As ciências sociais no Brasil: a formação de um sistema nacional de ensino e pesquisa. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 27-63, 2. sem. 1995.

VILLAS BÔAS, Gláucia. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 73-80, 2. sem. 1997.

_____. A tradição renovada: reflexões sobre os temas das ciências sociais no Brasil, 1945-1964. In: BOMENY, Helena; BIRMAN, Patrícia (Orgs.). **As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ/Relume Dumará, 1991. p. 21-41.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, MG, 1997. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1997. Disponível em Disquete.